



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Cooperação Universidade-Empresa-Governo: O caso UNIJUÍ/SEDAI

Marlise Sozio Vitcel

Enise Barth Teixeira

Evani Redin

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

marlise.vitcel@unijui.tche.br

enise@unijui.tche.br

evanir@unijui.tche.br

Resumo

As dificuldades de sobrevivência na era do conhecimento, da globalização, obrigam os agentes a tomarem a cooperação, entre si, como alternativa para o desenvolvimento coletivo da sociedade. As empresas, as universidades como também o Estado, neste cenário, colocam-se uns aos outros como agentes promotores do desenvolvimento, responsáveis por manter estratégias que produzem resultados positivos para sua gestão, bem como propor alternativas para suprir seus pontos de fragilidade. O presente artigo busca analisar a relação de cooperação estabelecida entre universidade-empresa-governo, as dificuldades e acertos, a cooperação entre as partes e os resultados desta integração para a sociedade visando o desenvolvimento regional, identificando os elementos que caracterizam esta cooperação. Para isto toma como referência a experiência de cooperação vivida pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), decorrente de projeto de política pública criado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), que culminou com os convênios relativos aos programas de Extensão Empresarial, Capacitação Empresarial e Redes de Cooperação. A investigação caracteriza-se como pesquisa exploratória e descritiva. Como modo de investigação constitui-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Trata-se ainda de um estudo de caso, uma vez que analisa os convênios firmados entre UNIJUÍ e SEDAÍ. Os resultados do estudo demonstram que a interação universidade/empresa é uma questão que tem se tornado tema de atenção

crescente no Brasil, principalmente nos últimos 15 anos. Esta relação expressa a preocupação de lideranças políticas, empresariais e acadêmicas com a necessidade que o país tem de promover mais intensamente sua capacidade de inovação e, por conseguinte, buscar desenvolvimento sustentável. Conclui-se que é possível haver cooperação proveitosa entre universidade-empresa-governo, de maneira que seja socializado o aprendizado tanto da empresa como da universidade, bem como o Estado pode atuar na economia local por meio de financiamento de serviços a serem prestados para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Faz-se necessário, entretanto, que estas três instituições, consigam conciliar os seus interesses em prol do bem comum, porém, é necessário que se busque respeitar a essência de cada instituição para preservar suas identidades no processo de interação entre os envolvidos.

Cooperação Universidade-Empresa-Governo: o caso UNIJUÍ/SEDAI

1 – Introdução

O financiamento de pesquisas, embora tenha uma função fundamental ao suprir a necessidade de recursos financeiros de muitas universidades e de empresas de tecnologia e inovação, não é a solução para todas as empresas, nem para todas as universidades. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), têm grandes dificuldades ou mesmo inviabilidade financeira de investir em pesquisa e tecnologia. Sendo exatamente este investimento em pesquisa e tecnologia o alicerce para o desenvolvimento regional, é bastante relevante o papel do Estado, visto como indutor da economia, nesta relação (NATIVIDADE, 2001).

A partir desta problemática que envolve estes três agentes, surge a idéia de cooperação entre universidade-empresa-governo, em particular o convênio da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), como meio de suprir uma demanda concreta de fomento ao desenvolvimento local, estabelecendo uma relação benéfica aos envolvidos e à sociedade em geral.

É com base nesta realidade que pretende-se tratar do tema cooperação entre universidade-empresa-governo, pois há muito ainda para se discutir a este respeito, como propriedade intelectual, desenvolvimento local, geração de renda, responsabilidade social, concepções teóricas e diversos outros, tendo em vista a recente abordagem teórica do assunto no Brasil, como se refere Natividade (2001).

O presente artigo busca, neste sentido, analisar a relação de cooperação estabelecida entre os atores sociais, as dificuldades e acertos, a cooperação entre as partes e os resultados desta integração para a sociedade objetivando o

desenvolvimento regional, identificando os elementos que caracterizam esta cooperação. Para isto, tem como referência a experiência de cooperação vivida pela UNIJUÍ, decorrente do convênio com a SEDAI nos programas de Extensão Empresarial, Capacitação Empresarial e Redes de Cooperação.

A estrutura do artigo apresenta, na seqüência, o referencial teórico apresentado pelos itens da Cooperação Universidade-Empresa, as dificuldades e acertos do processo de cooperação, e, a seguir, a metodologia do estudo. Em seguida os resultados são retratados pela relação do Desenvolvimento Regional e o papel das MPMEs, o Estado na cooperação, o Convênio UNIJUÍ/SEDAI, suas práticas, possibilidades e limites para o desenvolvimento deste convênio em análise. Logo após apresenta algumas conclusões sobre o tema e as referências bibliográficas utilizadas durante o estudo.

2 – Cooperação Universidade-Empresa: dificuldades e acertos

Concordâncias, discordâncias, tensões, relações cordiais, são freqüentes quando se trata de assuntos cuja visão pode ser analisada de diversas maneiras. A relação de cooperação entre universidade-empresa-governo é um destes casos (PLONSKI, 1999). Estas diferentes visões que cercam esta integração tornam o entendimento, ou a busca de um conceito, um tanto complexa, pois envolvem as relações, os valores e as compreensões que os indivíduos têm sobre a universidade, a empresa e o governo, suas funções diante da sociedade e o caráter que pode ter o envolvimento entre estes diversos agentes.

Muitas vezes esta relação entre os três agentes é dificultada pelos muitos mitos que cada parte tem da outra. Discutir estes mitos é também uma proposta deste artigo. O mito desta relação está muito mais presente entre os agentes envolvidos que na própria sociedade. Marcovitch (1999) relata que entre a cooperação universidade-empresa há dois mitos constituídos e que devem ser quebrados para que as duas instituições consigam seguir um novo modelo de convívio. O primeiro mito é sentido entre os empresários e refere-se a que o pesquisador acadêmico é um ser etéreo e deslocado da realidade. O segundo mito, nutrido pela academia, é de que os empresários desprezam a ciência.

A maioria dos empresários brasileiros, segundo Chaimovich (1999), não tem na ciência e tecnologia sua prioridade de investimento da empresa. Isto pode ser porque, ainda que esteja interessado em incorporar novos conhecimentos ao seu empreendimento, o empresário desconfia da universidade local, por ignorar a

capacidade científica brasileira, ou por, devido à pouca incidência da competitividade global em seu ramo, local ou próprio estabelecimento, não ver vantagem no investimento em pesquisa. O autor diz, ainda, que o desenvolvimento tecnológico não se compra, são as pessoas quem realmente transferem tecnologia.

A Cooperação Universidade-Empresa, para Plonski (1992), citado por Segatto e Rocha (2002, p. 5) “trata-se de um modelo de arranjo interinstitucional entre organizações de natureza fundamentalmente distinta, que podem ter finalidades diferentes e adotar formatos bastante diversos. Inclui-se neste conceito desde interações tênues e pouco comprometedoras, como o oferecimento de estágios profissionalizantes, até vinculações intensas e extensas, como os grandes programas de pesquisa cooperativa, em que chega a ocorrer repartição dos rendimentos resultantes da comercialização dos seus resultados”.

Em seu artigo intitulado “Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo”, Plonski (1999) procura trazer à luz do debate alguns conceitos importantes para o presente estudo. O autor caracteriza a empresa, que vai num segundo momento estar fazendo a cooperação com a universidade, como qualquer pessoa física ou jurídica, desde um simples empreendedor que busca apoio tecnológico ou gerencial, até uma transnacional de grande porte e alta tecnologia. A universidade pode ser qualquer instituição de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, intensiva em pesquisa ou mera provedora de ensino de graduação. Nesta lógica o Estado, que pode ser entendido em qualquer esfera do poder, seria o agente responsável pela indução do desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Quanto à forma de cooperação entre os agentes, esta pode ser bilateral, ou seja, uma empresa operando com uma universidade, ou multilateral, como exemplo de centros de pesquisa cooperativa; ter uma ação microrregional ou envolver ações internacionais; pode constituir em uma interação pontual ou parcerias estratégicas de longo prazo, com a possibilidade, ainda, de envolver projetos de milhões de reais ou não envolver qualquer valor financeiro. A relação, como sugere Plonski (1999), pode dar-se de forma espontânea ou com a intermediação de um ente/fator externo.

Em termos dos motivos que levam os agentes a cooperar, da parte das universidades, a cooperação é percebida, entre outros, como uma forma de superar a insuficiência das fontes tradicionais de recursos, e assim manter estas instituições nos níveis desejados de ensino e pesquisa; da parte das empresas, a cooperação é

percebida como capaz de prover uma solução para a dificuldade de lidar sozinha com os desafios multidimensionais da inovação, além do tradicional interesse em ganhar acesso privilegiado no recrutamento de talentos jovens; e da parte do governo, a cooperação é percebida como estrategicamente importante para a viabilidade econômica e social de regiões e de nações, no novo paradigma econômico (LIMA; TEIXEIRA, 1999).

Dentre as dificuldades e acertos quando da cooperação entre os agentes envolvidos universidade-empresa-governo, surge, por meio desta pesquisa, a idéia de que a metodologia que vem sendo adotada pelos convênios estudados na sua aplicação prática, ainda não alcançou patamares de maturidade suficientes que possam agregar o mesmo entendimento entre os três agentes envolvidos.

Para o governo é oportuno e conveniente cooperar com as universidades, pois estas possuem uma capacidade instalada quer seja na esfera do conhecimento acadêmico-científico, quer seja no âmbito das estruturas físicas bastante viáveis para levar os projetos/programas a cabo, quer seja na alavancagem de alternativas e geração de oportunidades à sociedade na qual a mesma está inserida. Ainda para o Estado como órgão fomentador desta parceria, certamente se fará mais presente e visível na comunidade regional, como entidade que viabiliza o acesso das MPMEs à formação continuada e à universidade.

Já para a universidade, também é importante e oportuno desenvolver e/ou fomentar programas de extensão que servem para cumprir com seu compromisso social, contribuindo com o desenvolvimento regional e para a qualidade de vida, mediante a formação de profissionais qualificados e capazes de interagir na construção de diversos aspectos da realidade; proporcionar ao mundo empresarial o conhecimento gerado na universidade, da construção e a socialização do conhecimento como forma de gerar a excelência acadêmica e o desenvolvimento, de forma prioritária, da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Outro aspecto diz respeito a buscar recursos externos para contribuir na sustentabilidade econômico-financeira da universidade a qual o programa vai estar vinculado, e da equipe que compõe o quadro funcional que vai interagir com a economia-local regional.

Em relação às empresas, nota-se que há uma dificuldade destas em contribuir objetivamente para o entendimento do convênio de cooperação. Ou seja, estas não participam tão ativamente do processo de concepção de projetos visando

a sua melhoria e inovação. Analisando sob este ângulo aponta-se que os convênios ora em estudo, somente são efetivados caso apresentem votação adequada no Processo de Participação Popular – PPP (www.ppp.rs.gov.br) e assim tornam-se incluídos no orçamento do Estado. Sabe-se, no entanto, que o PPP ainda não alcançou uma eficiência suficiente na qual se possa dizer que os projetos ali incluídos são necessariamente a vontade ou a priorização popular. Acredita-se que o principal motivo para fazer tal constatação diz respeito ao alto grau de deficiência encontrada no formato de divulgação deste evento, uma vez que este não alcança a população em tempo hábil para que esta formule/constitua uma opinião definitiva e personalizada sobre quais projetos deva votar. Desta forma, questiona-se quanto à votação conquistada; se esta significa realmente que as pessoas votaram cientes ou porque foi indicada, sugerida por algum conhecido ou um dos agentes envolvidos.

3 – Metodologia

A investigação aqui colocada compreende-se por uma pesquisa qualitativa, que, de acordo com Minayo (1994), responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Este método aprofunda-se no mundo dos significados das relações humanas e suas intrincadas relações sociais.

Com base em Vergara (1997), em suas descrições sobre tipos de pesquisas, este estudo, “Cooperação Universidade-Empresa-Governo: o caso UNIJUÍ/SEDAI”, que originou este artigo, parte de uma investigação exploratória, em cuja área de realização há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. É uma pesquisa descritiva, no sentido que expõe características de determinada região, no caso da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, não tem compromisso de explicar os fenômenos, contudo pode servir de base para uma explicação. Emprega-se também, neste estudo, a pesquisa bibliográfica do material já desenvolvido sobre o tema, em livros, periódicos, sites acadêmicos e científicos, teses e dissertações, entrevistas com alguns agentes do processo de cooperação, e fontes secundárias por meio de documentos dos convênios estudados.

O presente artigo pode ainda ser considerado como um estudo de caso, que, de acordo com Yin (2001), é circunscrito a uma ou poucas unidades, que pode

ser entendido como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Aqui, a estratégia de estudo de caso dá-se pela pesquisa sobre os convênios entre UNIJUÍ/SEDAI para os atendimentos às MPMEs da região do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul – RS.

4 – Desenvolvimento Regional e o papel das MPMEs

A maioria das MPMEs instaladas no Estado do Rio Grande do Sul necessita superar defasagens produtivas em processos, produtos e gestão, sejam técnicas, tecnológicas ou de gerenciamento, que atualmente as impedem de oferecer bens e serviços com qualidade assegurada, níveis de produtividade e custos compatíveis com os padrões exigidos pelo competitivo mercado globalizado.

Na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a economia é movimentada predominantemente por MPMEs, como pode ser inferido mediante dados recentes em relação ao aspecto tributário no município de Ijuí, admitido como centro de referência regional e um dos maiores municípios na posição regional considerando-se o índice de retorno de ICMS. Esta realidade, certamente, tende a se refletir nos demais municípios da Região Noroeste do RS.

Em Ijuí, por exemplo, pela classificação apenas dos aspectos tributários, atualmente (MICROEMPRESAS..., 2004, p.3), das 2.271 empresas registradas na agência local da Fazenda até junho (2004), cerca de 631 (27%) estabelecimentos são micro-empresas, outras 1.230, correspondendo 54,22%, são empresas de pequeno porte, enquanto somente 410 (18%), sob o aspecto de lucratividade, podem ser enquadradas como grandes empresas. Certamente amplia-se significativamente a quantidade de MPMEs se considerado o reconhecido grau de informalidade destas empresas.

O reconhecido e importante papel desempenhado pelas MPMEs para o desenvolvimento socioeconômico tanto do país quanto regional, instiga estudiosos, pesquisadores, órgãos e instituições a buscar respostas e/ou constatações que forneçam subsídios importantes e esclarecedores para melhor compreendê-las.

Na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tanto a FIDENE/UNIJUÍ quanto outras instituições regionais e/ou estaduais, vêm se preocupando há mais tempo com o desenvolvimento das MPMEs, desenvolvendo ações para a sua solidificação.

5 – O Convênio UNIJUÍ/SEDAI: práticas, possibilidades e limites

O convênio Programa Capacitação Empresarial (PCE) celebrado entre o Governo do Rio Grande do Sul, por intermédio da SEDAI e da UNIJUÍ, deu-se em duas edições. A primeira edição que compreendeu o período de agosto de 2000 acrescido de aditivo de doze meses, encerrando-se em outubro de 2002, quando foram realizados dezesseis cursos – Redescobrimo o Processo Gerencial – oportunizando qualificação a 319 participantes entre gerentes, empresários e/ou empreendedores ligados a micro e pequenos empreendimentos das Regiões dos COREDEs Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Numa segunda edição, compreendendo o período de dezembro de 2003 até maio de 2005, foram desenvolvidos mais sete cursos – Redescobrimo o Processo Gerencial – oportunizando qualificação a 105 participantes entre gerentes, empresários e/ou empreendedores ligados a micro e pequenos empreendimentos das Regiões dos COREDEs Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial.

O Programa Redes de Cooperação em desenvolvimento entre SEDAI e UNIJUÍ ocorre desde a metade do ano de 2001. Inicialmente sua abrangência foi de quatro COREDEs (Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões e Alto Uruguai). Uma primeira edição aconteceu no período de julho de 2001 a março de 2003, no qual foram desenvolvidas atividades desde a estruturação e instalação do Núcleo até a formação de oito Redes abrangendo aproximadamente duas centenas de empresas. Entre a interrupção desta primeira edição e a retomada com a segunda edição do programa, houve parada superior a um ano. A segunda edição do Programa Redes de Cooperação foi retomada no início de 2004, embasada no convênio firmado em dezembro de 2003, com metas de acompanhamento, suporte e expansão nas dezenove redes já constituídas, as quais integram 323 empresas, além de fomentar a constituição de mais cinco novas redes.

O convênio do Programa Extensão Empresarial (PEE) celebrado entre o Governo do RS, por meio da SEDAI e da UNIJUÍ, deu-se em duas edições. O PEE, sendo executado na região Noroeste Colonial desde metade do ano de 2000 até abril de 2003, assessorou 723 indústrias. No período de março de 2004 a março de 2005, portanto após um ano da retomada, foram assessoradas 272 empresas distribuídas em 30 municípios da região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, e implantadas 945 ações de melhoria nas empresas.

Os principais objetivos estratégicos dos Programas apresentam-se da seguinte forma em relação ao Desenvolvimento Regional: qualificar as MPMEs por

meio de inovações técnicas, gerenciais e tecnológicas; ampliar a taxa de sobrevivência das empresas; promover a integração universidade-empresa; despertar no empresário a importância do aprimoramento contínuo de seus procedimentos de gestão; promover a união entre micro e pequenos empresários gaúchos em redes horizontais de cooperação; incrementar a produtividade e competência sistêmica das cadeias produtivas; elevar os níveis de emprego e renda bem como possibilitar a introdução de ações voltadas à modernização e capacitação empresarial; atuar em todos os setores empresariais – indústria, comércio e serviços – por meio dos arranjos produtivos locais-regionais (SEDAI, 2003).

O convênio de cooperação entre UNIJUÍ e SEDAÍ envolve diversos agentes, dentro e fora da universidade. Torna-se pertinente para a compreensão dos limites e acertos destes convênios considerar as vivências, mesmo que em parte, destes agentes envolvidos.

Soares e Botton (2005) afirmam que, devido às contingências do mundo contemporâneo, é inegável a pertinência e a importância de investir no incentivo e formação de empreendedores nas escolas, sobretudo nas universidades. Formar cidadãos com características de profissional empreendedor de sucesso requer esforços de professores, aprendizes e uma metodologia baseada na teoria da aprendizagem social, buscando desta forma o desenvolvimento dos conceitos de habilidades e competências na formação, visto que efeitos e impactos comportamentais transparecem na realização do Programa Capacitação Empresarial, por meio do curso Redescobrimo o Processo Gerencial como: habilidades para conduzir situações, liderança, redes de contatos, criatividade, autoconfiança, otimismo e necessidade de controle. Dentre os participantes parece razoável afirmar que estes experimentam “desenvolvimentos” importantes no que diz respeito a aspectos comportamentais subjetivos, o que não significa que todos os participantes tenham o mesmo envolvimento e o mesmo retorno em termos de aprendizagem gerencial para ser colocada em prática em suas organizações.

O novo ambiente dos negócios, segundo Woitchunas e Sausen (2005), exige mudança no modelo empresarial das MPMEs, que precisam buscar na parceria um dos meios de sobrevivência. Esta alternativa aparece sob forma de organização em Redes de Cooperação em que o associativismo e a cooperação aparecem como estratégia para as MPMEs conseguirem força competitiva e permanência num mercado altamente competitivo. Neste sentido, o Programa Redes de Cooperação

insere-se na proposta de discussão de políticas alternativas de desenvolvimento econômico, voltadas a potencializar as iniciativas destas empresas do Rio Grande do Sul, verificadas as condições de vulnerabilidade dos empreendimentos em questão e da possibilidade de alavancagem destas empresas no futuro.

Os pequenos empreendimentos, conforme Brandli, Kuhn e Redin (2005), são a base para um novo modelo de desenvolvimento do país, capaz de gerar desenvolvimento com criação de empregos, distribuição de renda e inclusão social, uma vez que a economia regional é impulsionada por estes empreendimentos. Nas empresas participantes do Programa Extensão Empresarial, percebe-se avanços no aprimoramento das práticas de gestão em suas estruturas organizacionais, qualificando suas atividades e tornando-as mais competitivas para atuar em um mercado em constante mutação.

Por meio de observação sistemática dos consultores/assessores empresariais *in loco* nas empresas no período de março de 2004 a setembro de 2005, que atenderam as empresas por meio dos Programas UNIJUÍ/SEDAI, na Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, é possível traçar cenários entre os objetivos propostos nos convênios e a sua efetivação prática. Estas observações tornam-se pertinentes, pois, quando as empresas são convidadas a participar de programas com características como estas, de cunho gratuito, apoio à gestão e inovação, participar em redes de cooperação, bem como inserirem-se no mercado com maior profissionalização e conhecimento de mercado, a fim de não sucumbirem com as constantes transformações que este proporciona, percebe-se que não estão abertos e não se sentem atraídos de forma intensa. Isto remete a reflexões sobre os vários aspectos que podem estar envolvidos. Provavelmente um deles, senão o principal, passa pela cultural empresarial das pessoas vinculadas as MPMEs. Outro ponto que pode ser analisado diz respeito à forma como os convênios estão sendo elaborados, ou seja, se estes estão suficientemente transparentes, objetivos e claramente difundido com os três agentes cooperados, principalmente no que diz respeito às empresas.

6 – Conclusões

É possível haver cooperação proveitosa entre universidade-empresa-governo, de maneira que seja socializado o aprendizado tanto da empresa como da universidade, bem como o Estado pode atuar na economia local por meio de financiamento de serviços a serem prestados para as MPMEs. Faz-se necessário,

entretanto, que estas três instituições consigam conciliar os seus interesses em prol do bem comum; porém, é necessário que se busque respeitar a essência de cada instituição para preservar suas identidades no processo de interação entre os envolvidos.

As contingências do mundo contemporâneo remetem a inegável pertinência e a importância de investir no incentivo à formação de empreendedores nas escolas, sobretudo nas universidades.

O novo ambiente dos negócios exige mudança no modelo empresarial das MPMEs, que precisam buscar na parceria um dos meios de sobrevivência. Esta alternativa aparece sob forma de organização em Redes de Cooperação, nas quais o associativismo e a cooperação aparecem como estratégia para as MPMEs conseguirem força e permanência num mercado altamente competitivo.

Como os pequenos empreendimentos são a base para um novo modelo de desenvolvimento do país, capaz de gerar desenvolvimento com criação de empregos, distribuição de renda e inclusão social, uma vez que a economia regional é impulsionada por estes empreendimentos, a qualificação nas práticas de gestão é fator efetivo para a melhoria organizacional.

Existem paradigmas de difícil entendimento nesta cooperação universidade-empresa-governo, principalmente no que concerne ao agente cooperado empresa, uma vez que uma parcela considerável destas ainda não se conscientizaram da necessidade premente de se prover da constante busca de conhecimento para melhor gerir os seus negócios e não pensar que a universidade é absolutamente teórica e deslocada da realidade, cujo conhecimento assim gerado, não possa superar suas expectativas com efetiva aplicação prática. É necessário que cada agente envolvido nesta cooperação busque substancial significado na cooperação entre si: para a universidade, a transferência do conhecimento gerado para a sociedade e sustentabilidade financeira; para as empresas a possibilidade de profissionalização em gestão e inovação, e melhoria na sua estabilidade organizacional; e, para o Governo, a possibilidade de executar sua responsabilidade de contribuir no desenvolvimento regional.

Referências

BRANDLI, Gustavo L.; KUHN, Ivo N.; REDIN, Evani. Programa Extensão Empresarial: um modelo de suporte à gestão das MPMEs do noroeste colonial do Rio Grande do Sul. In: XXV Enegep. Porto Alegre, out./nov. 2005.

- CHAIMOVICH, Hernan. Por uma relação mutuamente proveitosa entre universidade de pesquisa e empresas. **Revista de Administração/USP**, São Paulo, n. 34, p. 18-22, out./dez. 1999.
- LIMA, Marcos C; TEIXEIRA, Francisco. Inserção de um agente indutor da relação universidade-empresa em um sistema de inovação fragmentado. In: ENCONTRO DA ANPAD, 23. 1999, Foz do Iguaçu/PR. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 1999.
- MARCOVITCH, Jacques. A cooperação da universidade moderna com o setor empresarial. **Revista de Administração/USP**, São Paulo, n. 34, p. 13-17, out./dez. 1999.
- MICROEMPRESAS compõem cerca de 20% do mercado ijuiense. Jornal da Manhã, Ijuí (RS), 24 jun. 2004. p. 3.
- MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- NATIVIDADE, Claudia D. Acertos e erros da política de inovação tecnológica envolvendo universidade, empresa e governo. **Monografias Premiadas: 2º Concurso de Monografias sobre a Relação Universidade/Empresa**. Paraná: IPARDES-IEL, 2001.
- PLONSKI, Ari G. Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo. **Revista de Administração/USP**, São Paulo, n. 34, p. 5-12, out./dez. 1999.
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, São Paulo: USP, v. 25, n. 1, 1995.
- SEDAI – **Secretaria Desenvolvimento e de Assuntos Internacionais** – Programa Extensão Empresarial Gerência Noroeste Colonial. Convênio nº 012-PEE. 18/12/2003.
- SEGATTO, Andréa Paula; ROCHA, Keyler Carvalho. Análise da aplicabilidade da teoria de agências às relações entre participantes de cooperação universidade-empresa. In: ENCONTRO DA ANPAD, 26. 2002, Salvador/BA. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.
- SOARES, Júlio C. V.; BOTTON, Patrícia. Desenvolvimento empreendedor - efeitos desta experiência acadêmico-curricular na subjetividade dos sujeitos partícipes. In: II Seminário Internacional em Empreendedorismo, 2005, Lajeado/RS.
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WOITCHUNAS, Lucinéia F.; SAUSEN, Jorge O. Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes de cooperação e Suas Relações com o Desenvolvimento Local e Regional. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29. 2005, Brasília/DF. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2005.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PROCESSO de Participação Popular – PPP. Gabinete Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ppp.gov.rs>. Acessado em: Outubro/2005